

DIÁLOGOS NECESSÁRIOS ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Santos, Karine

Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS
karinesan@gmail.com

Palabras clave: práticas educativas, campo social, pedagogia social, educação popular

1. Introducción

O campo de práticas educativas não escolares legitimado no Brasil é reflexo da realidade de injustiça social que marca historicamente a nossa sociedade. Classificada como uma área que se constitui com forte interesse em encontrar soluções educativas para determinados problemas sociais, é, hoje, um mercado de trabalho amplo, que envolve uma diversidade de profissionais, metodologias e recursos, ativando, assim, o que se tem chamado de “economia social” (Gohn, 1999). Os registros de projetos socioeducacionais, que se multiplicam continuamente, são uma confirmação da diversidade e da diferenciação que atinge tal área. As iniciativas transitam entre o setor público e o privado, entre o assistencial e a educação, entre a militância, o voluntariado e a profissionalização. Neste contexto, a dimensão educativa ganha destaque uma vez que os objetivos dessas ações se traduzem em ideais de formação humana pois, tem a pretensão de tratar da educação do homem integral, em suas relações com a sociedade, se dirigindo a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida. É um campo privilegiado de práticas, imerso aos mais complexos temas: desemprego, violência, exploração, drogas, violação dos direitos, fome, entre tantos outros.

Podemos dizer que as práticas educativas desenvolvidas no campo social se constituem a partir de dois campos teórico-metodológicos: a Educação Popular e a Pedagogia Social. Assim, buscando uma perspectiva original do que poderia ser argumento para uma Pedagogia Social em âmbito brasileiro, o presente estudo teórico pretende discutir, quais os pressupostos que embasam a prática educativa dos projetos em curso? E, na sua relação, que diálogos estabelecem?

Nosso argumento é de que o educativo, enquanto prática social, exige diálogos entre a Educação Popular e a Pedagogia Social no sentido de constituição um arcabouço teórico-metodológico capaz de contribuir para projetos de emancipação. Este texto apresentará primeiramente, um recorte histórico da educação popular, aqui referenciada como campo de resistência, seguido pela contextualização da pedagogia social, caracterizada como campo de intervenção. Por último, defendo que a originalidade da pedagogia social no Brasil se concretiza a partir de três conceitos-chave: a pedagogia dos direitos como origem do trabalho no campo social, a pedagogia da presença como ação concreta e a educação social como campo de reflexão e sistematização do conhecimento produzido neste campo.

2. Educação popular: campo de resistência

A Educação Popular tem por objetivo básico a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar e movimentar as estruturas sociais. Tem sua origem no movimento de libertação do povo frente às situações de injustiça social, questionando o modelo econômico e político dominante, buscando a criação de uma nova hegemonia. Seu ponto de partida é a cultura popular, entendida como a codificação e expressão de um cotidiano de resistência e de lutas por dignidade e justiça.

A Educação Popular, como a conhecemos hoje, representa uma concepção de educação que inicia sua gestação nos anos 60, aprofundando-se nas décadas de 70 e 80 (Paludo, 2001). Importantes movimentos se consolidaram neste período, como o Movimento de Educação de Base (MEB) que em suas práticas buscava a formação para uma cidadania ativa. Embora sob a responsabilidade da Igreja, o movimento foi confiado aos leigos desde o começo, com objetivo de “realizar um trabalho de promoção humana através da educação do povo, sem propósitos evangelizadores”. A partir de 1962 o movimento esteve fortemente marcado pela presença das esquerdas cristãs e procurou caracterizar-se como um movimento de cultura popular (Paiva, 1973). O cunho educativo do MEB estava presente nas iniciativas como as escolas radiofônicas e seu projeto de animação popular – os Centros Populares de Cultura (CPC), além do projeto de didática de cunho político e os Movimentos de Cultura Popular (MCP), iniciados em Recife, com a proposta de valorizar o potencial cultural do povo. Pode-se dizer que este foi o marco para o início de uma educação social

nos países latinoamericanos, a exemplo a obra e prática de Paulo Freire, que defendia a educação como prática da liberdade.

A figura do educador popular está presente e tem o papel de desenvolver estratégias que envolvam a cultura, além de propor novas formas de inserção e de participação popular em questões que dizem respeito às classes populares através de uma ação educativa. O educador popular não limita o seu trabalho à resolução de questões emergenciais de assistência direta. No lugar do assistencialismo, busca o desenvolvimento do senso crítico, a mudança social.

O processo educativo então desenvolvido por Paulo Freire surgia como expressão educacional de um projeto político, ou seja, um projeto que estivesse comprometido com um ideal de “transformação pacífica” da sociedade de forma a envolver ativamente o povo nas atividades políticas, estimulando a criação de organizações populares, no campo e na cidade (Beisiegel, 1992).

O que define a Educação Popular é o caráter político-pedagógico e seu projeto político-ideológico que, em última instância, a definem como uma prática social, trabalhando fundamentalmente com o conhecimento. Na Educação Popular o processo de produção do saber é pedagogicamente mais importante do que o seu produto (Brandão, 1995), interessando-se pela compreensão de como as pessoas se organizam para produzir e viver as experiências criadoras de conhecimentos. Desenvolve estratégias de educação que incentivam a participação, como um meio de promoção da cidadania, compreendida em suas dimensões crítica e ativa, numa proposta político-pedagógica transformadora no sentido da justiça social, da igualdade e do respeito da diferença. Tem no diálogo o princípio metodológico e epistemológico central.

Para Streck (2006) a Educação Popular não tem como ponto de partida um único lugar, e também não tem como ponto de chegada um único projeto. O autor afirma que a Educação Popular procurou ser uma prática político-pedagógica de formação do público a partir de um lugar que se identificava com quem estava de fora ou por baixo na escala social, dependendo das teorias explicativas do popular, defendendo que:

O ponto de partida pode ser as mulheres, os povos indígenas, os camponeses, os desempregados, os moradores de rua ou os trabalhadores da indústria e do comércio, cada um desses segmentos sociais com suas formas de organização, pautas de luta e projeto de sociedade. O ponto de chegada que se deseja pode variar desde a ampliação de espaços na sociedade existente até a criação de um modelo alternativo, parcial ou totalmente distinto daquele que existe (Streck 2006, p.20).

Em síntese, a Educação Popular é um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria do conhecimento referenciada na realidade, com metodologias que incentivam a participação e o empoderamento das pessoas, permeada por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientada por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

A Educação Popular faz da margem o seu lugar preferencial e historicamente tem revelado dificuldades de conviver com a institucionalidade. Assim, o diálogo com a Pedagogia Social, que transita entre o formal e o não formal, nos parece interessante, na medida em que pode indicar subsídios importantes para a construção de soluções para problemas emergentes do social.

Entendemos que a Educação Popular se constitui como uma importante referência para a Pedagogia Social no sentido da mobilização social. No entanto, há que se considerar conforme afirma Kricheski (2011):

La Pedagogía social y la educación popular tienen historias e itinerarios de producción diferentes. Constituyen plataformas de pensamiento e intervención educativa, con enfoques disciplinares y prácticos diversos, que responden a paradigmas y contextos sociohistóricos distantes entre sí. Mientras que la Pedagogía Social tiene un enclave territorial europeo, la educación popular es una práctica muy propia de América latina, desde sus Orígenes (p.55-56).

O popular (de Educação Popular) é a expressão de uma metodologia, que só terá significado quando expressar uma visão de mundo em mudança, contendo em suas ações dimensões alternativas para as situações de miséria vividas pelo povo.

3. Pedagogia social: campo de intervenção

A Pedagogia Social, ainda recente em suas discussões no Brasil, tem sua origem e assume crescente relevância em diferentes países europeus. Tem como princípio a educação como direito, desenvolvendo-se no ambiente escolar e não escolar. Internacionalmente, a Pedagogia Social é um campo de ação interdisciplinar, reconhecida como ciência, como disciplina curricular, como área de intervenção sócio-pedagógica, como campo de pesquisa e como profissão. Na definição de Mollenhauer (1993, p.28), a Pedagogia Social seria “o mais avançado campo experimental da sociedade, porque sua incumbência não é a de transmitir conteúdos culturais, mas exclusivamente ocupar-se com a superação de problemas emergentes das pessoas em formação com vistas a seu desenvolvimento e integração”.

Conforme afirma Pérez Núñez (1999, p.26), a Pedagogia Social enquanto saber da educação “se preocupa de cuestionar las lógicas de la exclusión y atender a la producción de efectos de inclusión cultural, social y económica, dotando a los sujetos de los recursos pertinentes para resolver los desafíos del momento histórico”.

A Pedagogia Social tem sua origem na sociedade industrial (Mollenhauer, 1993). Ela atua a partir de uma perspectiva pedagógica junto aos problemas sociais, materializados a partir de situações de risco e vulnerabilidade, abandono e indiferença, que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, respondendo de forma educativa aos desafios sociais, econômicos e culturais. Segundo Caliman (2009):

[...] a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade. Tem a ver com a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação (p.59).

A Pedagogia Social é considerada por Caride Gomes (2005) como a ciência das humanidades e do social, numa dinâmica reflexiva, consciente e estratégica. Constrói permanentemente um arcabouço teórico-metodológico específico para cada área em que atua. Em outras palavras, desenvolve ações estritamente pedagógicas focadas em questões sociais. Atua muito mais vinculada à ideia de emancipação do povo frente às suas necessidades emergentes, do que relacionada à libertação da opressão na qual ele se constituiu. Expressa um conteúdo que se origina na realidade, adquirindo diferenciadas modalidades de trabalho pedagógico: cuidado, planejamento, diagnóstico; proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade (crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros); teorias da formação humana; o aconselhamento como arte de ouvir e intervir; as instituições sociais e seu funcionamento.

A Pedagogia Social não se fundamenta apenas num processo lógico e intelectual, mas num processo de aprendizagem “profundamente afetivo e social”. Embora todas as aprendizagens sejam sociais, existe uma demanda por processos educativos “conscientemente sociais”. O adjetivo “social”, associado à pedagogia, restringe essa a um tipo específico de conhecimentos na área da Educação, que está indissociavelmente vinculada à exclusão.

4. Pistas a respeito da originalidade de uma pedagogia social brasileira

Buscando encontrar pressupostos que abram espaço para a constituição de uma Educação Social brasileira, legítima, e que colabore ao já trilhado pela Educação Popular, apontamos como fundamental três dimensões que nos ajudam a dimensionar a origem, a ação propriamente dita e o campo de reflexão onde se encontra o trabalho social no Brasil. Assim, apresentamos a Pedagogia dos direitos – como origem; a Pedagogia da presença – como ação e a Educação Social – como campo de reflexão e sistematização do conhecimento produzido neste campo.

A Pedagogia dos direitos é apontada como uma perspectiva importante que nos ajuda a entender a historicidade que envolve este campo, ou seja, as raízes de sua origem. Assim, compreendemos que na realidade brasileira, os processos de injustiça social foram forçando a constituição de um campo que tange o assistencial e a educação, construindo alternativas pela garantia dos direitos humanos e exercício da cidadania.

A luta pela garantia dos direitos, reconhecida como processo sócio histórico contribuiu para desnaturalizar e denunciar a reprodução ampliada das desigualdades sociais, ampliar o reconhecimento e universalização de direitos, como também para mobilizar movimentos sociais e conformar políticas públicas sintonizadas com os desafios de uma travessia civilizatória – e que ainda está por ser realizada quando considerado o perverso cenário de

déficit de direitos, notadamente os nominados direitos sociais, no contexto brasileiro e latino americano das desigualdades (Aguinsky, 2011, p.2).

Esse embate cria força e vai se consolidando a partir de experiências importantes das quais já foram destacadas na discussão a respeito da educação popular. Cabendo lembrar que, dentre os inúmeros movimentos que se constituía período citado, os movimentos de alfabetização de adultos e os movimentos de cultura popular, mobilizaram muitas pessoas em torno do tema educação e cidadania. Deste momento histórico em diante, a ênfase assistencialista cede espaços para o delineamento de políticas públicas. Ou seja, a consolidação de grandes e complexas estruturas verticais de intervenção do Estado (saúde, educação, assistência e previdência, infraestrutura social e trabalho, entre outros eixos) no social.

A segunda dimensão de destaque é a dimensão da Pedagogia da Presença¹, aqui utilizada para pensar a Pedagogia Social a partir do trabalho na base. A Pedagogia da Presença convoca, para a ação a pessoa humana, o educador e o cidadão, instigando o educador, enquanto cidadão, empenhar-se também no sentido das mudanças sociais mais amplas. Segundo Costa (1999), uma Pedagogia da Presença, exige, necessariamente, do educador, uma postura epistemológica na qual a visão de homem e de mundo tornam-se instrumental teórico-prático de sua ação pedagógica. Uma Pedagogia da Presença implica na escolha por um ideal de sociedade onde a busca por espaços onde caibam todos de fato e de direito é o seu principal objetivo.

E por último, a Educação Social como teoria que embasa a prática pedagógica da Pedagogia Social. O aporte teórico reflexivo que exige a prática cotidiana precisa ser alimentada constantemente, na tentativa de encontrar respostas há tantas demandas. E não é somente para dar respostas aos desafios da prática, mas também, para alimentar o encantamento, a curiosidade e o projeto de vida de cada agente envolvido no processo.

5. Ensaio Finais

A Pedagogia Social pretende concretizar o caráter científico da educação social, resgatando a historicidade de suas práticas, especialmente suas dimensões culturais, políticas e sociais, permitindo que a construção do conhecimento ocorra no tempo presente de cada ação por meio da sistematização. Como expressão mais presente dos pressupostos que uma Educação Social possa aprender com os caminhos traçados pela Educação Popular buscamos em Graciani (2009) referentes que permitem reafirmar o lugar de radicalidade em que este campo se constitui, uma vez que almeja uma sociedade mais igualitária. Assim, afirma a autora que uma Pedagogia Social brasileira tem potencial para:

a. propõe inicialmente criar uma teoria renovada de relação homem, sociedade e cultura, com uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis e modalidades da prática social, uma educação libertadora;

b. realiza-se no domínio específico da prática social com classes sociais populares, a partir de um trabalho político educacional de libertação popular, com o intuito de ser conscientizador com sujeitos, grupos e movimentos das camadas excluídas;

c. concretiza-se como ação educativa com agentes e sujeitos comprometidos, onde se estabelece através da relação dialógica, um sistemático processo de intercâmbio de conhecimento e saberes, onde a troca de experiências é primordial;

d. orienta-se pela pedagogia libertadora protagônica baseada fundamentalmente na memória histórica na identidade coletiva, na dinâmica cultural, na possibilidade entre a capacidade lógica de compreender os liames capitalistas e a valorização da participação comunitária e, autoestima, autovalorização, autoconfiança e autodeterminação de sujeitos que tentam construir uma nova ordem social, econômica e cultural.

Graciani finaliza perfeitamente estes primeiros diálogos sobre Educação Social apresentando um panorama fundamentado nos valores empregados pela Educação Popular. Ao reconhecer que o campo da Educação Social é um campo complexo e multifacetado, que vem adquirindo novas feições, sem perder de fato a sua origem, percebemos o quanto ainda temos que trilhar na compreensão do que seria uma Educação Social com características genuinamente brasileiras.

¹ O termo Pedagogia da Presença (1999) foi criado por um importante autor brasileiro, falecido no mês passado, chamado Antonio Carlos Gomes da Costa. Costa foi um dos redatores do ECA.

Assim, podemos afirmar que encontramos o ponto chave dos possíveis diálogos entre a Educação Popular e sua tradição latino-americana com a Pedagogia Social de origem europeia, vislumbrando a aproximação mais coerente desta relação – a intencionalidade educativa, cujo compromisso assumido remete à disposição para a proposição de novas visões de futuro, numa sociedade que pudesse acolher a todos como cidadão de fato e de direito.

6. Referencias bibliográficas

- Aguinsky, B. G. (2011). Direitos Humanos e questão social. *Revista Textos & Contextos*. 10(1), 1-4.
- Beisiegel, C. (1992). Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Editora Ática.
- Brandao, C. R. (1995). *Em campo aberto: escritos sobre educação popular*. São Paulo: Cortez.
- Caride, J. A. (2005). *Las fronteras de La pedagogia social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Gedisa.
- Costa, A. C. (1999). *A presença da Pedagogia: Teoria e prática da ação sócioeducativa*. São Paulo: Global.
- Gohn, M. G. (1999). *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Graciani, M. S. (1998). *Educação social de rua*. São Paulo: Cortez.
- Kricheski, M. (Org) (2011). . *Pedagogía Social y Educación Popular: perspectivas y estrategias sobre la inclusión y el derecho a la educación*. La Plata, Provincia de Buenos Aires: UNIPE-Editorial Universitaria.
- Machado, E. M. (2011). Encuentros e desencuentros entre la Pedagogía Social y la Educación Popular em América Latina: el caso de Brasil. En M. Kricheski (Org), *Pedagogía Social y Educación Popular: perspectivas y estrategias sobre la inclusión y el derecho a la educación*. La Plata, Buenos Aires: UNIPE- Editorial Universitaria.
- Mollenhauer, Kl. (1993). *Einführung in die Sozialpädagogik: Probleme und Begriffe der Jugendhilfe*. 10. Auflage. Weinheim und Basel: Beltz.
- Neto, J. C. y Moura, R. (2009). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte.
- Paiva, V. P. (1983). *Educação Popular e educação de adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola.
- Paludo, C. (2011). *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Pérez Núñez, V. (1999). *Pedagogía Social: cartas para navegar en el nuevo milenio*. Buenos Aires: Santillana.
- (2003). Los nuevos sentidos de la tarea de enseñar. Más allá de la dicotomía “Enseñar vs asistir”. *Revista Ibero-Americana de Educación*. Extraído de: <http://www.rieoei.org/rie33a01.htm>.
- Streck, D. R. (2006). A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? . *Revista Brasileira de Educação*.